

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

(Do Sr. VITOR LIPPI)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os índices de reajuste tarifário aplicados aos consumidores residenciais, comerciais e industriais no Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para debater o índice do reajuste tarifário aplicado aos consumidores residenciais, comerciais e industriais no Estado de São Paulo e que vem prejudicando toda a sociedade.

Diante desta pauta, sugerimos que sejam ouvidos representantes dos seguintes órgãos:

- Ministério de Minas e Energia
- Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica
- ONS – Operador Nacional do Sistema
- ABRACE (Grandes Consumidores de Energia)
- ABRADEE – (Distribuidores de Energia)

- Instituto Acende Brasil – Observatório do Setor Elétrico Brasileiro
- Fiesp
- CPFL

JUSTIFICAÇÃO

Em 16 de outubro deste ano a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou aumentos tarifários para a CPFL Piratininga, de 18,7% para consumidores residenciais e pequenos comerciantes (baixa tensão) e de 20,18% para indústrias de grandes comércios (alta tensão).

A CPFL Piratininga atende 1,7 milhão de clientes em 27 municípios do interior e litoral de São Paulo, sendo 15 só na Região Metropolitana de Sorocaba, que abriga milhares de indústrias dos mais variados portes.

A escalada do preço da energia elétrica tem derrubado a competitividade da indústria brasileira. De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel houve alta de 57% no custo da eletricidade para os consumidores industriais que compraram energia diretamente das distribuidoras, entre janeiro de 2013 e o fim de 2017. O resultado tem sido o fechamento de fábricas, como ocorreu no setor de alumínio, e a migração de unidades produtivas para outros países, como ocorre no Paraguai.

A energia elétrica é um dos principais insumos usados pelas indústrias e empresas e chega a representar cerca de 40% dos custos de produção, como no caso das indústrias de alumínio, por exemplo. A elevação das tarifas da energia tem forte impacto nos valores de produção e custo final dos produtos, além da competitividade das indústrias.

Dados do setor de alumínio mostram que altas tarifas de energia elétrica cobradas sufocam a indústria impactando em 26,7% do custo total de produção de alumínio primário. A pressão dos custos já levou ao encerramento das atividades em cinco indústrias, reduzindo, segundo a ABAL, de 1,75 milhão em 2007, para 800 mil toneladas este ano.

A tarifa média no país é um das mais caras do mundo, segundo estudo divulgado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina – Fiesc. O custo da energia é 127,3% maior que o praticado nos Estados Unidos, 94,9% superior ao cobrado no Canadá e 9% mais caro que na Alemanha.

Assim, se faz necessário aprofundar a discussão com a sociedade e agentes setoriais, buscando soluções e ações na área energética, para que possamos proteger os consumidores bem como viabilizar a produção industrial do país, gravemente afetada pelos altos custos da energia, impactando na competitividade e viabilidade de nossas indústrias assim como na geração de empregos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2018.

Deputado VITOR LIPPI